

Relação entre Conservadorismo e Suavização de Resultados após a Adoção das IFRS em Empresas Brasileiras

Daiani Schlup¹ , Caroline Keidann Soschinski² , Roberto Carlos Klann³ , Raquel Serrão Rodrigues Silva⁴ 

Universidade Regional de Blumenau, Blumenau-SC, Brasil.



¹daianischlup@gmail.com

²carolinesoschinski@yahoo.com.br

³rklann@furb.br

⁴raquelserrao@gmail.com

Editado por:

Orleans Silva Martins
Paulo Roberto da Cunha

Resumo

Objetivo: Motivado pelas pesquisas que evidenciaram um aumento nos níveis de suavização de resultados em decorrência do comportamento conservador dos gestores, este estudo objetivou analisar a relação entre conservadorismo contábil e suavização dos resultados após implementação obrigatória das IFRS.

Método: Realizou-se pesquisa descritiva, documental e quantitativa. Uma amostra balanceada de 92 empresas brasileiras de capital aberto foram analisadas durante o período de 2000 a 2018, sendo o período anterior (2000 a 2009) e posterior a implementação obrigatória das IFRS (2010 a 2018). As variáveis utilizadas na pesquisa foram coletadas do banco de dados da *Refinitiv Eikon*.

Resultados: Os resultados evidenciaram um aumento no nível de conservadorismo contábil e de suavização de resultados no período pós-IFRS, mas esse aumento no nível de suavização não se mostrou relacionado às mudanças no reconhecimento oportuno de ganhos e perdas. Chegou-se a esta conclusão, pois o nível de conservadorismo das empresas aumentou após a adoção das IFRS, mas não afetou a correlação negativa entre *accruals* e fluxo de caixa, medida de suavização de resultados.

Contribuições: Esta é a primeira pesquisa no contexto brasileiro a demonstrar que após a implementação das IFRS, houve um aumento da suavização de resultados que não está relacionada às mudanças no conservadorismo condicional. Tal fato pode indicar uma menor qualidade da informação contábil, exigindo que analistas, investidores e reguladores se atentem às análises de relatórios contábeis, após a implementação das IFRS no Brasil.

Palavras-chave: Conservadorismo. Suavização de resultados. Adoção de IFRS

Como citar:

Schlup, D., Soschinski, C. K., Klann, R. C. ., & Silva, R. S. R. Relação entre Conservadorismo e Suavização dos Resultados após a Adoção das IFRS em Empresas Brasileiras. *Advances in Scientific and Applied Accounting*. Recuperado de <https://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/845>

Recebido: Setembro 29, 2021
Revisões requeridas: Abril 21, 2022
Aceito: Junho 22, 2022

Introdução

O processo de convergência para as normas internacionais de contabilidade foi necessário para mitigar problemas de comparabilidade entre as demonstrações contábeis de diferentes países. No Brasil, a publicação da Lei nº 11.638/07 foi um dos marcos no processo de convergência das normas contábeis brasileiras e do IASB - *International Accounting Standard Board*. Esse processo impulsionou novos estudos, tanto em ambiente nacional quanto internacional, que buscaram verificar os possíveis impactos desse processo na qualidade da informação contábil.

Diversas pesquisas analisaram o impacto da adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) na suavização dos resultados, tais como Barth et al. (2008) e Christensen et al. (2015). Esses estudos investigaram empresas que adotaram as IFRS voluntariamente na União Europeia (UE) e evidenciaram uma diminuição na suavização dos resultados após a adoção das IFRS. Ambos os estudos interpretaram as evidências como consistentes com o menor gerenciamento de resultados e o conseqüente aumento da qualidade da informação contábil.

No entanto, Klann e Beuren (2018), ao comparar a influência do processo de convergência das normas contábeis internacionais na suavização dos resultados em empresas brasileiras e inglesas, verificaram que após a implementação das IFRS, houve um aumento na suavização dos resultados. Da mesma forma, Ahmed et al. (2013) e Capkun et al. (2016) encontraram um aumento na suavização de resultados em empresas que adotaram as IFRS nos países da UE. Assim, diferentes estudos que investigaram a suavização dos resultados e o impacto das IFRS em contextos distintos evidenciaram resultados controversos.

Capkun e Collins (2018) sugerem explicações para esse cenário de resultados controversos sobre o tema. Os autores afirmam que as inferências sobre os impactos das IFRS na suavização dos resultados não levaram em consideração as mudanças referentes ao conservadorismo condicional (reconhecimento oportuno de ganhos e perdas), causados pela adoção das normas internacionais. Sendo assim, pesquisas que concluíram que a implementação obrigatória das IFRS impactou o nível de suavização de resultados podem estar equivocadas, pois não consideraram que a maior flexibilidade das IFRS pode ter influenciado o conservadorismo condicional dos gestores.

A problemática desta pesquisa envolve a possibilidade de estudos anteriores estarem evidenciando resultados equivocados em contexto brasileiro. Esses estudos alegaram que a adoção as normas internacionais de contabilidade são prejudiciais a qualidade das informações contábeis, quando na verdade, o aumento da suavização dos resultados pode ser decorrente do aumento no conservadorismo contábil, ocasionado pelas transições de um sistema brasileiro baseado em regras para um sistema internacional baseado em princípios (IFRS). Assim, esta pesquisa objetivou investigar a relação entre o nível de suavização dos resultados e de conservadorismo contábil no Brasil, como forma de verificar se a suavização dos resultados identificada pela literatura anterior está ou não relacionada a mudança no comportamento dos gestores ao reconhecerem de modo oportuno ganhos e perdas.

No Brasil, o modelo de adoção e implementação das IFRS, conforme explanam Silva e Nardi (2017), é um dos mais eficazes, pois em seu processo democrático, é formado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Associação de Analistas e Profissionais de Investimento em Mercado de Capitais (APIMEC Nacional), Bolsa de Valores de São Paulo (B3), Instituto de Pesquisa Contábil, Atuarial e Financeira (FIPECAFI), Instituto de Auditores Independentes no Brasil (IBRACON) e Associação Brasileira de Empresas de Capital Aberto (ABRASCA). Isto é, estão envolvidos nesse processo, preparadores das demonstrações financeiras, auditores, analistas, intermediários e a academia, todos em conjunto para produzir um único padrão de informações de qualidade.

Em função dessa configuração brasileira, Silva e Nardi (2017) argumentam sobre a contribuição da adoção das IFRS para o aumento da qualidade das informações contábeis, o que contradiz os resultados empíricos que demonstraram um aumento na suavização dos lucros nesse contexto, sugerindo menor qualidade contábil dos relatórios financeiros. Contudo, nenhum dos estudos anteriores controlou as mudanças no nível de conservadorismo contábil, o que pode estar acarretando em resultados inconsistentes sobre a qualidade da informação contábil em período após IFRS. Dessa forma, acredita-se que há uma lacuna de pesquisa a ser preenchida, a partir da análise da relação entre o conservadorismo condicional e a suavização dos resultados após a implementação obrigatória das IFRS em empresas brasileiras.

Este estudo se justifica, pois de acordo com Capkun e Collins (2018), pesquisas que buscam investigar os impactos da suavização dos resultados pré e pós implementação obrigatória das IFRS devem controlar cuidadosamente as diferenças no reconhecimento oportuno de ganhos e perdas nas organizações, pois isso pode mitigar ou amplificar a correlação negativa entre *accruals* e fluxo de caixa. Considerando que no Brasil, os resultados empíricos sobre o impacto das IFRS no nível de conservadorismo ainda se mostraram ambíguos, ressalta-se a importância em buscar respostas nesse cenário.

Para responder a lacuna de pesquisa, realizou-se pesquisa descritiva, documental e quantitativa. A amostra analisada correspondeu a 92 empresas brasileiras de capital aberto, durante o período de 2000 a 2018. A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva e modelo de regressão linear múltipla por estimadores de mínimos quadrados ordinários e erros padrão robustos. Os resultados evidenciaram que, ao contrário do esperado, o aumento da suavização dos resultados no período pós-IFRS não se deve às mudanças no reconhecimento oportuno de ganhos e perdas, mas ao gerenciamento de resultados. Tal achado, por conseguinte, pode ser decorrente de peculiaridades econômicas, culturais e contábeis do contexto brasileiro.

Essa investigação se torna inovadora, pois de acordo com o conhecimento dos autores, é a primeira no contexto brasileiro a demonstrar que a literatura sobre a relação entre suavização dos resultados e conservadorismo contábil em período pós-IFRS não se aplica a este contexto. Assim, os resultados adicionam evidências a literatura acadêmica sobre os efeitos da adoção das IFRS na qualidade da informação contábil, ao controlar os efeitos do conservadorismo condicional na suavização dos resultados de empresas brasileiras.

De forma prática, contribui-se para que analistas, investidores e reguladores se atentem às análises de relatórios contábeis, pois após a implementação das IFRS no Brasil, houve um aumento da suavização de resultados que não está relacionada à mudanças no conservadorismo condicional. Tal resultado pode indicar a menor qualidade da informação contábil das empresas, se a suavização resultar em uma informação que não represente a realidade econômico-financeira.

Além disso, as evidências encontradas tem implicações para pesquisadores e usuários da informação contábil de distintos contextos, os quais devem se atentar ao fato de que o gerenciamento de resultados pode não ser o

único fator que aumenta a suavização dos resultados. Em determinadas empresas, pode ser que esse aumento seja ocasionado por mudanças no reconhecimento oportuno de ganhos e perdas, sendo esse um determinante que deve ser observado tanto no ambiente acadêmico, quanto empresarial.

2. Antecedentes e Hipóteses da Pesquisa

Após o advento das IFRS, estudos foram realizados com a finalidade de observar os impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade na suavização dos resultados. Alguns autores (Ahmed et al., 2013; Capkun et al., 2016; Klann & Beuren, 2018) encontraram evidências de que a suavização dos resultados aumentou após a adoção das IFRS, enquanto outros observaram o contrário (Barth et al., 2008; Christensen et al., 2015).

Por outro lado, a implementação das IFRS pode ter exercido outros efeitos nas demonstrações contábeis e na tomada de decisões dos gestores, impactando também o nível de conservadorismo condicional. Segundo Ball e Shivakumar (2006), o conservadorismo condicional é o reconhecimento tempestivo das perdas quando comparado ao reconhecimento dos ganhos. Organizações tendem a reconhecer notícias ruins mais rapidamente do que as boas, ou ainda, tendem a reconhecer as perdas mais rapidamente do que os ganhos.

Filipin et al. (2012) investigaram o nível de conservadorismo condicional nas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as IFRS, em empresas brasileiras listadas na B3, durante o período de 2006 a 2010 e concluíram que as demonstrações foram mais conservadoras após a implementação das normas internacionais. Do mesmo modo, Grecco et al. (2009) evidenciaram que após a adoção parcial das IFRS, o índice de conservadorismo aumentou nas empresas públicas brasileiras.

No entanto, ao analisar empresas brasileiras de capital aberto durante o período de 2002 a 2015, Sousa et al. (2018) verificaram que o nível de conservadorismo diminuiu após a adoção das IFRS. Já Alves e Martinez (2014) e Sousa et al. (2016) e Ávila et al. (2019) destacaram que não houve alterações nos níveis de conservadorismo nesse período, no Brasil. Assim, a literatura nacional apresenta resultados contraditórios, o que pode ser decorrente do período de análise e/ou da amostra analisada.

Capkun et al. (2016) afirmam que as normas internacionais de contabilidade possuem maior subjetividade, flexibilidade e são menos orientativas do que as nacionais. Consequentemente, essas diferenças podem reduzir níveis de conservadorismo contábil, devido ao menor reconhecimento oportuno das perdas. A subjetividade das IFRS, segundo Capkun e Collins (2018), preocupa inclusive o IASB, que permaneceu revisando suas normas a fim de resolver certas divergências que acabaram surgindo. Ainda segundo os autores, além da subjetividade da IAS 36 (redução ao valor recuperável de ativos), a IFRS 3 (combinação de negócios) e a IAS 39 (instrumentos financeiros) também apresentavam opiniões divergentes entre os próprios membros do conselho do IASB.

Capkun e Collins (2018), ao analisar o relatório da Autoridade Europeia de Valores Mobiliários e Mercados de 2013, concluíram que um número considerável de empresas estava falhando ao reconhecer a baixa de ativos e perdas por *impairment* de *goodwill*, ocasionando a diminuição do reconhecimento oportuno de perdas. Em conjunto, os estudos supracitados apresentam evidências de que as IFRS, devido a subjetividade em seus processos contábeis de reconhecimento, podem ter induzido a um comportamento menos conservador dos gestores. Assim, os gestores podem optar por reconhecer perdas de modo menos antecipado do que o realizado antes das IFRS, ou ainda, por lançar menores valores em contas de despesas, em caso de subjetividade dessas estimativas contábeis.

Diante do exposto, sabendo que as IFRS podem deixar lacunas subjetivas sobre a contabilização e mensuração de ativos e passivos, o que pode impactar no reconhecimento oportuno de ganhos e perdas, apresenta-se a primeira hipótese da pesquisa:

H_{1a} : Há uma redução no reconhecimento oportuno de perdas após a adoção obrigatória das IFRS, o que reflete em um menor conservadorismo contábil.

Visto que, de acordo com Ball e Shivakumar (2006), o reconhecimento tempestivo de perdas induz a uma correlação positiva entre *accruals* e fluxo de caixa operacional (FCO), a redução desse reconhecimento implica em uma correlação negativa entre *accruals* e FCO, pois o papel de redução no ruído dos *accruals* (suavização) se tornará mais negativo. Em termos teóricos, isso significa que a diminuição no conservadorismo contábil sobre o reconhecimento de perdas, gera um aumento mecânico na correlação negativa entre *accruals* e fluxo

de caixa. Uma vez que a correlação entre *accruals* e fluxo de caixa mensura a suavização dos resultados, entende-se que mesmo diante da inexistência de suavização dos resultados, a diminuição do conservadorismo contábil pós-IFRS pode gerar um aumento mecânico no indicador de suavização. Com base nisso, elaborou-se a seguinte hipótese:

H_{1b} : Há uma correlação mais negativa (menos positiva) entre *accruals* e FCO em condições de fluxo de caixa operacional negativo (más notícias) após a adoção obrigatória das IFRS, o que indica maior suavização dos resultados.

Ball et al. (2015) destacaram que a adoção das IFRS em muitos países resultou em mudanças radicais nas regras contábeis, as quais alteraram as propriedades dos números relatados nas demonstrações contábeis. Uma das mudanças mais generalizadas resultantes da adoção das IFRS foi o uso da contabilidade de valor justo na mensuração de ativos e passivos.

Christensen e Nikolaev (2013), Ball et al. (2015) e Capkun e Collins (2018) argumentam que o uso da mensuração a valor justo impactou negativamente os níveis de conservadorismo nas organizações, aumentando o reconhecimento dos ganhos não realizados. Assim, da mesma forma que o reconhecimento de perdas, a adoção das IFRS gerou mudanças que também podem impactar o conservadorismo relacionado ao reconhecimento de ganhos. Devido a inserção do método de avaliação de contas contábeis a valor justo, valores que antes eram considerados não realizados agora são contabilizados, o que significa que o comportamento conservador ao considerar ganhos não realizados antes das IFRS foi substituído por um comportamento menos conservador, que agora contabiliza tais números. Deste modo, apresenta-se a hipótese H_{2a} :

H_{2a} : Há um aumento no reconhecimento oportuno de ganhos após a adoção obrigatória das IFRS, o que reflete em menor conservadorismo contábil.

Capkun e Collins (2018) destacam que o uso mais amplo da mensuração ao valor justo, após a implementação obrigatória das IFRS, pode aumentar o reconhecimento oportuno dos ganhos não realizados, como representado na H_{2a} . De acordo com os autores, esse aumento no reconhecimento oportuno de ganhos impacta em uma correlação positiva entre *accruals* e FCO em condições de fluxo de caixa operacional positivo. Em termos teóricos, a contabilização oportuna dos ganhos (menor

conservadorismo) implica em *accruals* mais próximos dos valores que compõem o caixa, o que faz com que os *accruals* sejam mais correlacionados com os valores de caixa. Assim, a maior correlação entre *accruals* e caixa (medida de suavização dos resultados), implica em uma relação mecânica entre a diminuição do conservadorismo no reconhecimento de ganhos e a diminuição da suavização dos resultados. Sendo assim, apresenta-se a hipótese de pesquisa H_{2b} :

H_{2b} : Há uma correlação mais positiva (menos negativa) entre *accruals* e FCO, em condições de fluxo de caixa operacional positivo (boas notícias), após a adoção obrigatória das IFRS, o que indica menor suavização dos resultados.

Diante das informações supracitadas e consistente com os argumentos de Christensen e Nikolaev (2013), Ball et al. (2015) e Capkun e Collins (2018), o decréscimo previsto no reconhecimento oportuno de perdas (H_{1a}), juntamente com o aumento previsto no reconhecimento oportuno de ganhos (H_{2a}), implica que o reconhecimento assimétrico oportuno de perdas (também conhecido como *asymmetric timely loss recognition* - ATLR), diminuirá após a adoção das IFRS. Deste modo, elaborou-se a H_{3a} :

H_{3a} : Há uma diminuição no reconhecimento assimétrico oportuno de perdas (ATLR) após a adoção obrigatória das IFRS.

Segundo os achados de Capkun e Collins (2018), o efeito líquido das mudanças no reconhecimento oportuno de ganhos e perdas (H_{1a} e H_{2a}) gera uma diminuição no ATLR (H_{3a}), que se manifesta em um aumento na suavização incondicional de ganhos no sinal do FCO (covariância contemporânea negativa entre *accruals* e fluxo de caixa) depois da adoção obrigatória das IFRS. Com isso, o aumento na suavização dos resultados evidenciado em estudos anteriores, após a implementação das IFRS, pode não ter sido impulsionado pelo gerenciamento de resultados, como evidenciado pela literatura anterior, mas pela mudança no ATLR, ou seja, no conservadorismo das empresas. Sendo assim, apresenta-se a H_{3b} :

H_{3b} : Há maior suavização dos resultados após a adoção obrigatória das IFRS em condições de fluxo de caixa operacional positivo e negativo (boas e más notícias).

3. Método e Procedimentos da Pesquisa

A população do estudo correspondeu a 486 empresas

brasileiras de capital aberto, durante o período de 2000 a 2018, caracterizando o período antes (2000 a 2009) e após a implementação obrigatória das IFRS (2010 a 2018). Para delimitar a amostra, foram excluídas as empresas que não continham informações para cálculo das variáveis de pesquisa, resultando em uma amostra final de 92 empresas que geraram 1.748 observações. As variáveis foram coletadas do banco de dados da *Refinitiv Eikon*.

Para testar as mudanças no reconhecimento oportuno de ganhos e perdas, assim como mudanças no reconhecimento assimétrico oportuno de perdas (ATLR), associadas à implementação obrigatória das IFRS, foi operacionalizada a Equação 1, a qual representa a versão ampliada do modelo de Basu (1997).

$$\frac{NI_{it}}{P_{t-1}} = \beta_0 + \beta_1 POST_IFRS_{it} + \beta_2 RET_DUM_{it} + \beta_3 POST_IFRS_{it} \times RET_DUM_{it} + \beta_4 RET_{it} + \beta_5 RET_DUM_{it} \times RET_{it} + \beta_6 POST_IFRS_{it} \times RET_{it} + \beta_7 POST_IFRS_{it} \times RET_DUM_{it} \times RET_{it} + \epsilon_{it}$$

Equação 1

Em que i e t indicam empresa e ano, respectivamente; NI corresponde ao lucro líquido antes dos itens extraordinários; P_{t-1} é o preço da ação do ano anterior; RET indica o retorno anual da ação; a variável RET_DUM representa uma variável dicotômica, em que 1 representa o retorno negativo das ações e 0 o retorno positivo; POST_IFRS assume 1 para os anos posteriores a obrigatoriedade das IFRS no Brasil (2010 a 2018) e 0 caso contrário (2000 a 2009).

Com base em Capkun e Collins (2018), esperava-se que o reconhecimento tempestivo das perdas diminuísse após a adoção das IFRS, o que resultaria em uma covariância mais negativa entre os *accruals* e o fluxo de caixa ($\beta_6 + \beta_7 < 0$) (H_{1a}). Além disso, esperava-se que o reconhecimento tempestivo dos ganhos aumentasse (H_{2a}), o que resultaria em uma covariância menos negativa entre os *accruals* e o fluxo de caixa no período pós-IFRS ($\beta_6 > 0$). Em relação à H_{3a} , esperava-se que esses dois efeitos supracitados gerassem a redução no ATLR após a adoção das IFRS, o que resultaria em uma covariância mais negativa entre os *accruals* e o fluxo de caixa ($\beta_7 < 0$).

Visto que o modelo de Basu (1997) não fornece evidências diretas sobre a suavização dos resultados, Capkun e Collins (2018) sugerem a utilização do modelo de Ball e Shivakumar (2006), conforme a Equação 2, a qual utiliza *accruals* como variável dependente, fluxo de caixa operacional e POST_IFRS como variáveis independentes. A Equação 2 testa a suavização dos resultados após a implementação obrigatória das IFRS.

$$ACC_{it} = \beta_0 + \beta_1 POST_IFRS_{it} + \beta_2 CFO_{it} + \beta_3 POST_IFRS_{it} \times CFO_{it} + \epsilon_{it}$$

Equação 2

Em que ACC_{it} representa *accrual* total líquido, obtido pela variação do capital de giro da empresa i no período t ; CFO_{it} representa o fluxo de caixa operacional da empresa i no período t ; ambos ponderados pelo ativo total. Segundo Capkun e Collins (2018), ao ignorar os efeitos do reconhecimento tempestivo de ganhos e perdas, uma maior suavização dos lucros resulta em uma covariância mais negativa entre *accruals* e o fluxo de caixa operacional. Se a adoção das IFRS levar a maior (menor) suavização dos lucros, o coeficiente β_3 da Equação 2 será negativo (positivo). A Equação 2 testa a mudança na suavização dos resultados antes e depois da implementação das IFRS, sem controlar os níveis de conservadorismo contábil.

Ao observar as equações apresentadas nesta pesquisa, verifica-se que nem o modelo de Basu (1997) (Equação 1), nem o modelo de Ball e Shivakumar (2006) (Equação 2), são capazes de verificar as mudanças no conservadorismo contábil e na suavização dos resultados de forma integrada. Sendo assim, utilizou-se uma versão expandida do modelo de Ball e Shivakumar (2006), adaptada por Capkun e Collins (2018) (Equação 3). Este modelo permite vincular mudanças no reconhecimento pontual de ganhos e perdas, assim como o ATR as mudanças na correlação entre *accruals* e fluxos de caixa operacionais (positivos e negativos), após a implementação obrigatória das IFRS. Ressalta-se que a variável FCO_DUM apresentada na Equação 3 corresponde a uma variável dicotômica, que assume 1 se o fluxo de caixa operacional for negativo e 0 caso contrário.

$$ACC_{it} = \beta_0 + \beta_1 POST_IFRS_{it} + \beta_2 CFO_DUM_{it} + \beta_3 POST_IFRS_{it} \times CFO_DUM_{it} + \beta_4 CFO_{it} + \beta_5 CFO_DUM_{it} \times CFO_{it} + \beta_6 POST_IFRS_{it} \times CFO_{it} + \beta_7 POST_IFRS_{it} \times CFO_DUM_{it} \times CFO_{it} + \epsilon_{it}$$

Equação 3

Por meio da Equação 3, testa-se a H_{1b} , que presume uma maior suavização dos resultados após adoção das IFRS, o que gera uma correlação mais negativa (menos positiva) entre *accruals* e fluxo de caixa operacional negativo ($\beta_6 + \beta_7 < 0$). Testa-se também a H_{2b} , que presume uma menor suavização dos resultados, frente a uma correlação mais positiva (menos negativa) entre *accruals* e o fluxo de caixa operacional positivo ($\beta_5 > 0$). Em relação à H_{3b} , espera-se uma maior suavização dos resultados após a adoção das IFRS, tanto em condições de fluxo de caixa positivo, quanto negativo ($\beta_7 < 0$).

Foi realizada a *winsorização* das variáveis e testes que verificaram os pressupostos de regressão por

mínimos quadrados ordinários. O problema de heterocedasticidade foi mitigado pela utilização de erros padrão robustos, a multicolinearidade foi testada pelo teste VIF (*Variance Inflation Factor*), presente nas tabelas de análise dos resultados, bem como o teste de *Durbin Watson*, para testar a auto correlação dos resíduos.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

Apresenta-se na Tabela 1, a análise descritiva das variáveis de pesquisa, divididas em três painéis: o Painel A contempla as observações de todo o período investigado; o Painel B abrange as informações pré-IFRS (2000 a 2009); e o Painel C demonstra as informações pós-IFRS (2010 a 2018).

Tabela 1 - Estatística descritiva das variáveis

Variáveis	Obs.	Média	Desv. Pad.	Min	Max	
PAINEL A: Todas as observações						
ACC	1.748	-0,0339	0,0951	-0,4332	0,3072	
RET	1.748	0,2540	0,7097	-0,8312	3,2574	
RET_DUM	1.748	0,3987	0,4897	0	1	
NI/P	1.748	0,0712	0,4812	-3,0430	1,7806	
FCO	1.748	0,0802	0,1110	-0,2600	0,4889	
FCO_DUM	1.748	0,1762	0,3811	0	1	
PAINEL B: Pré-IFRS e Pós IFRS						
		Pré-IFRS		Pós-IFRS		Teste t
		Média	Desv. Pad.	Média	Desv. Pad.	H ₀ : diff != 0
ACC		-0,0391	0,1091	-0,0281	0,0764	0,0161**
RET		0,3788	0,8277	0,1152	0,5157	0,0000***
RET_DUM		0,3456	0,4758	0,4577	0,4985	0,0000***
NI/P		0,1515	0,3955	-0,0178	0,5478	0,0000***
FCO		0,0908	0,1355	0,0685	0,0730	0,0000***
FCO_DUM		0,2010	0,4010	0,1485	0,3558	0,0040***
Observações		920		828		

* Significância a nível de 10%, ** Significância a nível de 5%, *** Significância a nível de 1%.

Legenda: Desv. Pad: Desvio-padrão; Min: mínimo; Máx: máximo; Obs.: Número de observações; ACC: *Accruals* totais, variação do capital de giro ponderado pelo ativo total; RET: Retorno anual do preço das ações; RET_DUM: Variável dicotômica, assume-se 1 se o retorno das ações for negativo e 0 caso for positivo; NI/P: Lucro antes dos itens extraordinários dividido pelo preço das ações defasado; FCO: Fluxo de caixa operacional ponderado pelo ativo total; FCO_DUM: Variável dicotômica, assume-se 1 se o fluxo de caixa operacional for negativo e 0 caso for positivo; Teste t , comparação de médias de dois grupos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Verifica-se no PAINEL B da Tabela 1, que comparado ao período pré-IFRS, o pós-IFRS é caracterizado por uma redução nos *accruals* (ACC), observada na coluna de médias dessa variável, passando de -0,391 para -0,281. Observa-se também que no período pós-IFRS as empresas tiveram menor rentabilidade (NI/P), além de aumento nos retornos negativos dos preços das ações (RET_DUM). Ademais, verifica-se a redução na proporção de empresas com fluxo de caixa operacional negativo (FCO_DUM) pós-IFRS. A comparação entre as médias das variáveis evidenciou diferenças estatisticamente significantes.

Apresenta-se na Tabela 2 os resultados acerca das mudanças no nível de conservadorismo pós-IFRS. Nota-se, por meio do PAINEL A, que o modelo de regressão linear por erros padrão robustos da Equação 1 é significativo, o que permite a inferência de resultados. Além disso, percebe-se que nenhuma das variáveis apresentou problemas de multicolinearidade, o que é apresentado pelos resultados do teste VIF. Ademais, verifica-se que o modelo não possui problemas de auto correlação dos resíduos, conforme teste *Durbin Watson*.

Tabela 2 – Mudança no conservadorismo após implementação obrigatória das IFRS

PAINEL A: Regressão Equação 1				
$NI/P_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 POST_IFRS_{i,t} + \beta_2 RET_DUM_{i,t} + \beta_3 POST_IFRS_{i,t} \times RET_DUM_{i,t} + \beta_4 RET_{i,t} + \beta_5 RET_DUM_{i,t} \times RET_{i,t} + \beta_6 POST_IFRS_{i,t} \times RET_{i,t} + \beta_7 POST_IFRS_{i,t} \times RET_DUM_{i,t} \times RET_{i,t} + \epsilon_{i,t}$				
Variáveis	NI/P			
	Betas	Coefficiente	t	VIF
Constante	β_0	0,0819	1,43	-
POST_IFRS	β_1	-0,1109***	-2,80	3,18
RET_DUM	β_2	-0,0977**	-2,34	5,02
POST_IFRS x RET_DUM	β_3	0,1535**	2,26	6,96
RET	β_4	0,0690**	2,21	2,32
RET_DUM x RET	β_5	-0,0419	-0,49	4,35
POST_IFRS x RET	β_6	-0,0560	-0,63	2,87
POST_IFRS x RET_DUM x RET	β_7	0,7557***	3,77	5,21
Efeito Fixo – Setor	Sim			
Efeito Fixo – Ano	Não			
R ²	0,1180			
Teste F – sig.	0,0000***			
Durbin Watson	1,9111			
Número de observações	1.748			
PAINEL B: Combinação de coeficientes				
Descrição	Betas	Coeficiente		
Reconhecimento oportuno de perdas pré-IFRS	β_4, β_5	0,0270*		
Reconhecimento oportuno de perdas pós-IFRS	$\beta_4 + \beta_5, \beta_6 + \beta_7$	0,7266***		
Mudança no reconhecimento oportuno de perdas de pré-IFRS para pós-IFRS (H_{1a})	β_6, β_7	0,6996***		
Reconhecimento oportuno de ganhos pré-IFRS	β_4	0,0690**		
Reconhecimento oportuno de ganhos pós-IFRS	β_4, β_6	0,0129*		
Mudança no reconhecimento oportuno de ganhos de pré-IFRS para pós-IFRS (H_{2a})	β_6	-0,0560		
Reconhecimento assimétrico oportuno de perdas (ATLR) pré-IFRS	β_5	-0,0419		
Reconhecimento assimétrico oportuno de perdas (ATLR) pós-IFRS	β_5, β_7	0,7137***		
Mudança reconhecimento assimétrico oportuno de perdas (ATLR) de pré-IFRS para pós-IFRS (H_{3a})	β_7	0,7557***		

* Significância a nível de 10%, ** Significância a nível de 5%, *** Significância a nível de 1%.

Legenda: PAINEL A exibe as estimativas do modelo de regressão, PAINEL B mostra a combinação dos coeficientes; t: Estatística t; VIF: Variance Inflation Factor; NI/P: Lucro antes dos itens extraordinários dividido pelo preço das ações defasado; POST_IFRS: Variável dicotômica, 1 para o período pós obrigatoriedade das IFRS e 0 caso contrário; RET_DUM: Variável dicotômica, assume-se 1 se o retorno das ações for negativo e 0 caso for positivo. RET: Retorno anual do preço das ações.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base no Pannel B é possível observar a combinação dos coeficientes da regressão, a fim de testar as hipóteses H_{1a} , H_{2a} e H_{3a} . A significância estatística da soma dos coeficientes dessa regressão foi testada mediante o *Joint F test*. Observa-se que, diferentemente do esperado na H_{1a} (há uma redução no reconhecimento oportuno de perdas após a adoção obrigatória das IFRS, o que reflete no menor conservadorismo), verifica-se que a combinação de $\beta_6 + \beta_7$ (que trata sobre as mudanças no reconhecimento oportuno de perdas), apresentou coeficiente positivo, indicando que após a implementação das IFRS, houve um aumento no conservadorismo contábil. Diante disso, H_{1a} é rejeitada.

Rejeita-se também a H_{2a} (há um aumento no reconhecimento oportuno de ganhos após a adoção obrigatória das IFRS, o que reflete no menor conservadorismo) pois o coeficiente β_6 não é estatisticamente significativo. O sinal negativo de β_6 indica que as empresas tiveram uma redução no reconhecimento oportuno dos ganhos após a implementação obrigatória das IFRS.

Em relação à H_{3a} (há uma diminuição no reconhecimento assimétrico oportuno de perdas (ATLR) após a adoção obrigatória das IFRS), esperava-se que com a redução do reconhecimento oportuno de perdas (H_{1a}) e com o aumento do reconhecimento de ganhos (H_{2a}), consequentemente, haveria uma redução no reconhecimento assimétrico oportuno de perdas (ATLR), que indicaria um menor conservadorismo após a implementação obrigatória das IFRS. Visto que H_{1a} e H_{2a} foram rejeitadas, apresentando um possível aumento no conservadorismo contábil, verifica-se, por meio do coeficiente β_7 , que houve um aumento do ATLR, indicando um aumento no conservadorismo, o que levou a rejeição também da H_{3a} .

Estes resultados divergem dos achados de Capkun e Collins (2018), que verificaram a diminuição do conservadorismo contábil em empresas de diversos países, após a implementação obrigatória das IFRS. De acordo com os autores, isso se deve ao fato de que as IFRS apresentam maior flexibilidade em comparação às normas locais utilizadas anteriormente, deixando uma lacuna para que as empresas reconhecessem mais ganhos e menos perdas, o que contraria o princípio do conservadorismo.

Na Tabela 3, apresentam-se os resultados da Equação 2, que verificou as mudanças na suavização dos resultados após a implementação obrigatória das IFRS.

Tabela 3 - Mudança na suavização dos resultados após implementação obrigatória das IFRS

PAINEL A: Regressão Equação 2				
$ACC_t = \beta_0 + \beta_1 POST_IFRS_t + \beta_2 FCO_t + \beta_3 POST_IFRS_t \times FCO_t + \epsilon_t$				
Variáveis	ACC			
	Betas	Coefficiente	t	VIF
Constante	β_0	-0,0804***	-10,43	-
POST_IFRS	β_1	0,0362***	6,25	1,69
FCO	β_2	0,5128***	14,67	1,38
POST_IFRS x FCO	β_3	-0,2027***	-3,51	1,87
Efeito Fixo – Setor	Sim			
Efeito Fixo – Ano	Não			
R ²	0,3079			
Teste F – sig.	0,0000***			
Durbin Watson	1,8340			
Número de observações	1.748			

* Significância a nível de 10%, ** Significância a nível de 5%, *** Significância a nível de 1%.

Legenda: t: Estatística t; VIF: *Variance Inflation Factor*; ACC: *Accruals* totais, variação do capital de giro ponderado pelo ativo total; POST_IFRS: Variável dicotômica, 1 para o período pós a obrigatoriedade das IFRS e 0 caso contrário; FCO: Fluxo de caixa operacional ponderado pelo ativo total.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Verifica-se na Tabela 3, por meio do coeficiente β_3 , que a covariância entre *accruals* (ACC) e fluxo de caixa operacional (FCO) pós-IFRS é mais negativa do que β_2 , que corresponde ao período pré-IFRS. Sendo assim, ignorando os efeitos das mudanças no reconhecimento oportuno de ganhos e perdas, verifica-se que a suavização dos resultados aumentou no período após a obrigatoriedade das IFRS. Esse resultado coaduna com os de Klann e Beuren (2018), que afirmam que após a implementação das IFRS no Brasil, houve um aumento na suavização dos resultados.

Lang et al. (2006), Ball e Shivakumar (2006), Barth et al. (2008) e Iatridis (2010) argumentam que as empresas com restrição de fluxo de caixa podem usar *accruals* para reduzir seus resultados. Sendo assim, as empresas brasileiras podem ter aproveitado a maior flexibilidade dos padrões contábeis convergentes com as IFRS, para gerenciar *accruals* com o intuito de suavizar resultados. Este achado também é consistente com os estudos de Goncharov e Zimmermann (2006) e Paananen e Lin (2009), que mostraram aumento no gerenciamento de resultados após a adoção das IFRS na Alemanha.

No entanto, Capkun e Collins (2018) enfatizam que essas modificações na suavização dos resultados podem ser impulsionadas pelas mudanças no reconhecimento oportuno de ganhos e perdas após a implementação das IFRS.

Diante disso, demonstra-se na Tabela 4 os resultados da Equação 3, que se refere às mudanças na suavização dos resultados após a implementação das IFRS, controlando condições de fluxos de caixa positivos e negativos (boas e más notícias).

Tabela 4 – Suavização de resultados após a implementação das IFRS, com controle de FCO

PAINEL A: Regressão Equação 3				
$ACC_{it} = \beta_0 + \beta_1 POST_IFRS_{it} + \beta_2 FCO_DUM_{it} + \beta_3 POST_IFRS_{it} \times FCO_DUM_{it} + \beta_4 FCO_{it} + \beta_5 FCO_DUM_{it} \times FCO_{it} + \beta_6 POST_IFRS_{it} \times FCO_{it} + \beta_7 POST_IFRS_{it} \times FCO_DUM_{it} \times FCO_{it} + \epsilon_{it}$				
Variáveis	ACC			
	Betas	Coefficiente	t	VIF
Constante	β_0	-0,0489	-5,27	-
POST_IFRS	β_1	0,0150*	1,83	3,70
FCO_DUM	β_2	0,0027	0,27	4,15
POST_IFRS x FCO_DUM	β_3	-0,0219	-1,12	4,55
FCO	β_4	0,3139***	5,96	2,87
FCO_DUM x FCO	β_5	0,7841***	7,92	2,81
POST_IFRS x FCO	β_6	-0,1014	-1,32	3,57
POST_IFRS x FCO_DUM x FCO	β_7	-0,5488	-1,47	2,77
Efeito Fixo – Setor	Sim			
Efeito Fixo – Ano	Não			
R ²	0,3619			
Teste F – sig.	0,0000***			
Durbin Watson	1,9724			
Número de observações	1.748			
PAINEL B: Combinação de coeficientes				
Descrição	Betas	Coeficiente		
Covariância entre ACC e FCO pré-IFRS em condições de fluxo de caixa negativo	$\beta_{4,1}, \beta_5$	1,0980***		
Covariância entre ACC e FCO pós-IFRS em condições de fluxo de caixa negativo	$\beta_{4,2}, \beta_{5,2}, \beta_6 + \beta_7$	0,4477***		
Mudança na covariância entre ACC e FCO em condições de fluxo de caixa negativo de pré-IFRS para pós-IFRS (H1b)	$\beta_{6,1}, \beta_7$	-0,6503*		
Covariância entre ACC e FCO pré-IFRS em condições de fluxo de caixa positivo	β_4	0,3139***		
Covariância entre ACC e FCO pós-IFRS em condições de fluxo de caixa positivo	$\beta_{4,1}, \beta_6$	0,2124***		
Mudança na covariância entre ACC e FCO em condições de fluxo de caixa positivo de pré-IFRS para pós-IFRS (H2b)	β_6	-0,1014		
Reconhecimento assimétrico oportuno de perdas (ATLR) pré-IFRS	β_5	0,7841***		
Reconhecimento assimétrico oportuno de perdas (ATLR) pós-IFRS	$\beta_{5,1}, \beta_7$	0,2353***		
Mudança no ATLR (covariância entre ACC e FCO em condições de fluxo de caixa positivo versus negativo) de pré-IFRS para pós-IFRS (H3b)	β_7	-0,5488		

* Significância a nível de 10%, ** Significância a nível de 5%, *** Significância a nível de 1%.

Legenda: PAINEL A exibe as estimativas do modelo de regressão, PAINEL B mostra a combinação dos coeficientes. t: Estatística t; VIF: *Variance Inflation Factor*; ACC: *Accruals* totais, variação do capital de giro ponderado pelo ativo total; POST_IFRS: Variável dicotômica, 1 para pós obrigatoriedade das IFRS e 0 caso contrário; FCO_DUM: Variável dicotômica, 1 se o fluxo de caixa operacional for negativo e 0 caso for positivo; FCO: Fluxo de caixa operacional ponderado pelo ativo total.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se no Painel A da Tabela 4, que o modelo da Equação 3 apresenta significância estatística, assim como seus valores de VIF e *Durbin Watson*, que evidenciam valores próximos ao esperado. Além disso, nota-se que o poder explicativo da Equação 3 ($R^2 = 36\%$) é superior ao da Equação 2 na Tabela 3 ($R^2 = 31\%$).

No Painel B são apresentadas as combinações dos coeficientes da regressão, a fim de testar as hipóteses H_{1b} , H_{2b} e H_{3b} . Assim como na Equação 1, a significância estatística da soma dos coeficientes foi testada mediante o *Joint F test*. No que versa a H_{1b} (há uma correlação mais negativa entre *accruals* e FCO em condições de fluxo de caixa operacional negativo (más notícias) após a adoção obrigatória das IFRS, o que indica maior suavização dos resultados), observa-se, por meio da soma dos coeficientes $\beta_6 + \beta_7$, indícios de uma covariância mais negativa entre ACC e FCO em condições de fluxo de caixa operacional negativo (más notícias) no período pós-IFRS. No entanto, embora a soma de coeficientes no *Joint F test* tenha sido significativa, os β_6 e β_7 (Tabela 4) não foram estatisticamente significativos. Assim, rejeita-se H_{1b} .

No que se refere à H_{2b} (há uma correlação mais positiva entre *accruals* e FCO, em condições de fluxo de caixa operacional positivo (boas notícias), após a adoção obrigatória das IFRS, o que indica menor suavização dos resultados), verifica-se que o coeficiente de β_6 é não significativo, o que impossibilita a realização de inferências acerca desses resultados. Diante disso, a H_{2b} é rejeitada.

Quanto à H_{3b} (há maior suavização dos resultados após a adoção obrigatória das IFRS em condições de fluxo de caixa operacional positivos e negativos (boas e más notícias)), observa-se a não significância estatística de β_7 , o que novamente, impossibilita a realização de inferências. Assim, H_{3b} é rejeitada.

Estes resultados divergem dos de Capkun e Collins (2018), que encontraram tanto uma redução na suavização dos resultados em condições de FCO positivo, quanto um aumento na suavização em condições de FCO negativo. De acordo com esses autores, o aumento na suavização dos resultados após a implementação das IFRS, evidenciado por estudos anteriores, está relacionada a mudanças ATLR.

Segundo Ball e Shivakumar (2006), a covariância negativa entre ACC e FCO é o efeito líquido da suavização dos resultados, no entanto, o reconhecimento oportuno de ganhos e perdas (conservadorismo) geram uma relação

positiva entre ACC e FCO. Sendo assim, Capkun e Collins (2018) destacam que o aumento na flexibilidade das IFRS e uma possível falta de orientação para a aplicação desses novos padrões, podem acarretar em menor conservadorismo contábil (diminuição do ATLR) por parte das empresas, aumentando a correlação negativa entre ACC e FCO e influenciando, desse modo, a suavização dos resultados.

5. Discussão dos Resultados

Os resultados desta pesquisa adicionam importantes evidências ao ambíguo cenário brasileiro de estudos sobre o impacto das IFRS no comportamento conservador dos gestores. Este artigo demonstra que após o período de adoção obrigatória das IFRS, o nível de conservadorismo condicional teve um aumento, o que se assemelha ao encontrado por Santana e Klann (2017) e Silva e Nardi (2017), mas contraria Alves e Martinez (2014), Souza et al. (2016), Ávila et al. (2019), Filipin et al. (2012) e Sousa et al. (2018).

Ao comparar a presente pesquisa com as anteriores, argumenta-se sobre a relevância dos resultados desta. Santana e Klann (2017) constataram um aumento no nível de conservadorismo apenas para empresas familiares no período de 2003 a 2012. Silva e Nardi (2017) analisaram empresas do Ibrx100, o que gera uma amostra comparável a da presente pesquisa, contudo, investigaram apenas os anos de 2010 e 2011 como pós-IFRS. Os resultados do presente estudo expandem os achados anteriores principalmente por estender o período longitudinal de análise para oito anos após a adoção das IFRS. Além disso, para garantir comparabilidade de resultados em período pré e pós-IFRS, foi utilizado um período equivalente como pré e pós-IFRS e foram consideradas as mesmas empresas nesses períodos (amostra balanceada).

O aumento do conservadorismo nas 92 empresas brasileiras investigadas após as IFRS pode ser justificado pela introdução de novas normas contábeis com efeito não observado no balanço patrimonial. O novo padrão de teste de recuperabilidade, bem como o uso do valor justo como base de mensuração, podem ser exemplos desse efeito. De acordo com Ball (2006), o uso de valor justo gera informações mais oportunas e o teste de recuperabilidade dá margem para o imediato reconhecimento de perdas em ativos de longo prazo. Com base nisso, pode-se entender o aumento do comportamento conservador dos gestores, que foi maximizado pelas alterações nos padrões internacionais

de contabilidade.

Com relação à suavização, os resultados desta pesquisa corroboram com o estudo realizado em cenário brasileiro por Klann e Beuren (2018), e em cenário europeu por Ahmed et al. (2013) e Capkun et al. (2016). Argumenta-se que a maior flexibilidade permitida pelas IFRS é o principal fator responsável por desencadear o aumento na suavização dos lucros. Inclusive, conforme destacam Capkun et al. (2016), o IASB tem sido criticado pelo aumento da flexibilização na aplicação das normas e pela falta de orientações acerca da implementação. Esses fatores, em conjunto, abrem espaço para a maior discricção dos gestores.

De fato, Capkun et al. (2016) salientam que a necessidade de maior orientação sobre a implementação das normas foi o que levou o *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) a publicar documentos interpretativos das IFRS aos preparadores das demonstrações contábeis. O órgão também tem tentado promover maior consistência na forma de mensurar o lucro contábil, por meio de projetos sobre o reconhecimento da receita e de instrumentos financeiros. Contudo, os resultados da presente pesquisa demonstram que, pelo menos em âmbito brasileiro, a discricionabilidade permitida pelos padrões internacionais ainda tem sido utilizada para gerenciar resultados e mais especificamente, para suavizar lucros.

Por fim, a discussão principal deste trabalho está pautada na premissa de que o aumento no nível de suavização dos resultados no período pós-IFRS poderia ter sido evidenciado pela literatura anterior de forma enviesada. O que Capkun e Collins (2018) evidenciaram em 28 países foi que o aumento na suavização dos lucros era decorrente de uma diminuição no nível de conservadorismo dos gestores, ocasionada pelas novas normas internacionais de contabilidade. Com esse achado, Capkun e Collins (2018) colocaram em dúvida as pesquisas que até então haviam investigado suavização dos lucros e adoção das IFRS sem controlar o nível de conservadorismo condicional das empresas.

No Brasil, apesar de existirem evidências de um aumento na suavização dos resultados após a adoção das IFRS, esse aumento não parece estar relacionado com o nível de conservadorismo, o qual apresentou inclusive um aumento no período, diferentemente do esperado e do evidenciado por Capkun e Collins (2018). Esses resultados contraditórios aos de Capkun e Collins (2018) são relevantes ao evidenciar que pesquisas anteriores

realizadas em cenário brasileiro que abordaram suavização dos lucros e adoção das IFRS não estão enviesadas pelos níveis de conservadorismo. Isso demonstra que os gestores realmente manipulam valores em prol de apresentar resultados correlacionados entre os períodos de divulgação e não devido a uma mudança no seu nível de conservadorismo.

A principal justificativa para essa divergência de achados está no argumento de que a transição do GAAP brasileiro para o novo padrão contábil abriu espaço para que as informações fossem reconhecidas de forma mais oportuna, como é o caso do exemplo já supracitado sobre o teste de recuperabilidade e valor justo. Como consequência, os gestores encontraram nas novas normas de contabilidade, oportunidade para antecipar o reconhecimento das perdas e postergar o reconhecimento dos ganhos. Atrelado à essa maior oportunidade, também está a maior flexibilidade, que permitiu a maior discricção ao se reconhecer as estimativas contábeis e desencadeou aumento da suavização dos resultados.

Existem algumas razões características do contexto brasileiro que podem justificar o porquê o aumento na suavização dos resultados não pode ser atribuído aos níveis de conservadorismo, mas à prática de gerenciamento de resultados. Primeiro, com a adoção das IFRS, o país passou de uma cultura baseada em regras para uma baseada em princípios. Em termos culturais, o Brasil pontua 76 na dimensão cultural de aversão à incerteza de Hofstede (2011) (que varia de 0 a 100), o que significa que o Brasil é um país com uma forte tendência a depender de regras.

Trazendo a cultura para o mundo contábil, isto significa a preferência por uma contabilidade baseada em procedimentos legais prescritos, o que contrasta fortemente com a flexibilidade e o exercício do julgamento profissional proposto pelas IFRS (Silva et al., 2021). Além disso, o Brasil possuía uma base normativa tributária diretamente relacionada com a contabilidade antes de 2010 (Castro & Santana, 2018), o que foi drasticamente alterado com a inserção das IFRS. Como consequência, o Brasil criou o Regime Tributário de Transição e a emissão das Leis Federais 11.941 em 2009 e 12.973 em 2014, as quais buscaram diferenciar ajustes do lucro tributável das medidas contábeis financeiras (Nakao & Gray, 2018). Antes, a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD), por exemplo, era sujeita a um teto ditado pela legislação tributária, o que deixou de existir após as IFRS (Castro & Santana, 2018).

A adoção das IFRS em um país culturalmente avesso à incerteza e que possuía relação direta entre suas normativas contábeis e tributárias, resultou em dificuldades críticas ao adotar um sistema contábil baseado em princípio, completamente distinto em suas normativas contábeis e tributárias. Isso foi dito por entrevistados na pesquisa de Silva et al. (2021) (que investigaram as percepções sobre a implementação das IFRS no Brasil), em respostas que mencionaram a dificuldade com questões subjetivas envolvendo o julgamento profissional.

Segundo, o Brasil, por ser economicamente subdesenvolvido, possui maior assimetria informacional gerada por regulamentação de divulgação menos rigorosa, supervisão menos eficaz, menor monitoramento independente de ONGs, mídia, analistas e auto regulação mais fraca (Adamska & Dabrowski, 2021). A maior assimetria informacional, por sua vez, pode abrir espaço para práticas oportunistas de gerenciamento de resultados.

Terceiro, conforme destacaram Black e Nakao (2017), países expostos ao sistema legal *code law*, como é o caso do Brasil, por terem seu capital financiado em maior parte por credores privados (como instituições financeiras), acabam comunicando informações às suas partes interessadas por meio de canais privados. Assim, acabam por tirar o foco das divulgações públicas e padronizadas aos usuários externos. Esse contexto, conforme resultados de Trimble (2018), instiga maior envolvimento em práticas oportunistas de gerenciamento de resultados.

Em suma, o processo de transição de uma cultura baseada em regras para normas contábeis baseada em princípios e as dificuldades enfrentadas pelas organizações brasileiras nesse processo (Silva et al., 2021), juntamente com o contexto econômico de maior assimetria informacional, que abre espaço para práticas de gerenciamento de resultados (Adamska & Dabrowski, 2021) e, ainda, considerando que o próprio sistema legal do Brasil acaba por tirar o foco de demonstrativos públicos (Black & Nakao, 2017) e permite maiores práticas de manipulação contábil, acabam criando um cenário favorável ao gerenciamento de resultados (Trimble, 2018).

Entende-se que os gestores de empresas brasileiras possuem incentivos para utilizar a flexibilidade das normas internacionais para agir em prol de seus interesses particulares. Esse entendimento justifica o fato de o aumento da suavização de resultados identificado nesta pesquisa ser decorrente do comportamento oportunista

dos gestores e não do conservadorismo contábil em período pré e pós IFRS.

Esses resultados são importantes principalmente para o IASB, IFRIC, CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e demais órgãos reguladores das normas contábeis. Apesar de já existir uma preocupação em termos de divulgar documentos orientativos para a elaboração e estimação de valores contábeis confiáveis e fidedignos a realidade das empresas, ainda assim os gestores parecem utilizar a essência das IFRS para gerenciar resultados.

6. Conclusão

Esta pesquisa objetivou analisar a relação entre conservadorismo condicional e a suavização dos resultados após a implementação obrigatória das IFRS em empresas brasileiras de capital aberto. Para tanto, a amostra analisada correspondeu a 92 empresas brasileiras de capital aberto, cujos dados foram obtidos por meio da base de dados *Refinitiv Eikon*, durante o período de 2000 a 2018, sendo os anos 2000 a 2009 caracterizados como período anterior a implementação obrigatória das IFRS e de 2010 a 2018 como período pós-IFRS.

Com base nos resultados relacionados à mudança do conservadorismo após a implementação das IFRS, notou-se que, ao contrário do esperado (H_{1a} , H_{2a} e H_{3a}), houve um aumento no conservadorismo condicional das empresas brasileiras no período pós-IFRS. Este resultado demonstra que, apesar dos padrões contábeis brasileiros terem mudado com a adoção das IFRS, as empresas continuaram a apresentar uma postura conservadora em termos de reconhecimento tempestivo de ganhos e perdas.

Verificou-se também um aumento na suavização dos resultados no período pós-IFRS, o que pode ser oriundo, segundo Klann e Beuren (2018), da maior flexibilidade das IFRS em relação aos padrões anteriormente utilizados no país. Assim, muitas empresas podem aproveitar tal flexibilidade para suavizar resultados. No entanto, Capkun e Collins (2018) alertam que, muitas vezes, esse aumento na suavização dos resultados pode ser causado por mudanças no conservadorismo contábil.

Com base nisso, observou-se por meio do teste das hipóteses (H_{1b} , H_{2b} e H_{3b}), que as mudanças no conservadorismo condicional não afetaram a suavização dos resultados das empresas, em razão de que foi observado um aumento no conservadorismo

após a implementação obrigatória das IFRS, e não uma diminuição, conforme constatado por Capkun e Collins (2018) em empresas de outros países. Assim, conclui-se que o aumento na suavização dos resultados após a implementação obrigatória das IFRS no Brasil, provavelmente não estava enviesada por mudanças no conservadorismo condicional, o que pode ser devido a peculiaridades do contexto brasileiro em termos econômicos, culturais e contábeis.

De maneira geral, a contribuição desta pesquisa está voltada às evidências empíricas de que a mudança no conservadorismo condicional nem sempre influencia a suavização dos resultados, mas é um fato que merece a atenção de gestores e pesquisadores. Contribui-se de forma prática para que analistas, investidores e reguladores se atentem às análises de relatórios contábeis, pois após a implementação das IFRS no Brasil, houve um aumento da suavização de resultados que não está relacionada às mudanças no conservadorismo condicional. Este fato pode indicar a menor qualidade da informação contábil dessas empresas, se essa suavização resultar em uma informação que não represente a sua realidade econômico-financeira. Por fim, contribui-se para a ampliação da literatura, ao controlar os efeitos das mudanças no reconhecimento oportuno de ganhos e perdas na suavização dos resultados de empresas brasileiras.

Algumas limitações estão presentes nesta pesquisa. Inicialmente, destaca-se que a análise foi realizada somente em uma amostra de 92 empresas brasileiras, limitando os resultados para essa amostra. Portanto, como recomendações, sugere-se que pesquisas futuras considerem uma amostra mais ampla de análise, envolvendo um período maior de análise pré e pós IFRS, em que possivelmente mais dados estarão disponíveis, ou até mesmo ao englobar empresas de outros países em desenvolvimento.

Referências

- Adamska, A., & Dąbrowski, T. J. (2021). Investor reactions to sustainability index reconstitutions: Analysis in different institutional contexts. *Journal of Cleaner Production*, 297, 126715, doi: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.126715>.
- Ahmed, A. S., Neel, M., & Wang, D. (2013). Does mandatory adoption of IFRS improve accounting quality? Preliminary evidence. *Contemporary Accounting Research*, 30(4), 1344-1372, doi: <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2012.01193.x>.
- Alves, J. S., & Martinez, A. L. (2014). Efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo contábil das Sociedades de Grande Porte. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 7(2), 224-243, doi: <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2014070203>.
- Ávila, J. R. D. M. S., Hias, R. L., & Costa, P. S. (2019). Suavização de Resultados: Evidências da Prática no Conservadorismo. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 13(2), 73-90.
- Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and business research*, 36(sup1), 5-27, doi: <https://doi.org/10.1080/00014788.2006.9730040>.
- Ball, R., Li, X., & Shivakumar, L. (2015). Contractibility and transparency of financial statement information prepared under IFRS: Evidence from debt contracts around IFRS adoption. *Journal of Accounting Research*, 53(5), 915-963, doi: <https://doi.org/10.1111/1475-679X.12095>.
- Ball, R., & Shivakumar, L. (2006). The role of accruals in asymmetrically timely gain and loss recognition. *Journal of accounting research*, 44(2), 207-242, doi: <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2006.00198.x>.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of accounting research*, 46(3), 467-498, doi: <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x>.
- Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of accounting and economics*, 24(1), 3-37, doi: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(97\)00014-1](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(97)00014-1).
- Black, R., & Nakao, S. H. (2017). Heterogeneity in earnings quality between different classes of companies after IFRS adoption: evidence from Brazil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28, 113-131.
- Brasil. (1976). Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976: Dispõe sobre as sociedades por ações. Diário Oficial da União.
- Castro, F. H., & Santana, V. (2018). Informativeness of stock prices after IFRS adoption in Brazil. *Journal of Multinational Financial Management*, 47, 46-59, doi: <https://doi.org/10.1016/j.mulfin.2018.09.001>.
- Christensen, H. B., & Nikolaev, V. V. (2013). Does fair

- value accounting for non-financial assets pass the market test?. *Review of Accounting Studies*, 18(3), 734-775, doi: <https://doi.org/10.1007/s11142-013--9232-0>.
- Christensen, H. B., Lee, E., Walker, M., & Zeng, C. (2015). Incentives or standards: What determines accounting quality changes around IFRS adoption? *European Accounting Review*, 24, 31–61, doi: <https://doi.org/10.1080/09638180.2015.1009144>.
- Capkun, V., & Collins, D. W. (2018). The Effects of IFRS Adoption on Observed Earnings Smoothness Properties: The Confounding Effects of Changes in Timely Gain and Loss Recognition. *European Accounting Review*, 27(5), 797-815, doi: <https://doi.org/10.1080/09638180.2018.1477610>.
- Capkun, V., Collins, D., & Jeanjean, T. (2016). The effect of IAS/IFRS adoption on earnings management (smoothing): A closer look at competing explanations. *Journal of Accounting and Public Policy*, 35(4), 352-394, doi: <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2016.04.002>.
- Filipin, R., Teixeira, S. A., Bezerra, F. A., & da Cunha, P. R. (2012). Análise do nível de conservadorismo condicional das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA após a adoção dos IFRS. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 4(2), 24-36, doi: <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v4i2.28041>.
- Goncharov, I., & J. Zimmermann (2006). Do accounting standards influence the level of earnings management? Evidence from Germany. *Working Paper*, doi: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.386521>.
- Grecco, M. C. P., Geron, C. M. S., & Formigoni, H. (2009). O impacto das mudanças nas práticas contábeis no nível de conservadorismo das companhias abertas brasileiras. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*, 1-13.
- Hofstede, G. (2011). Dimensionalizing cultures: The Hofstede model in context. *Online readings in psychology and culture*, 2(1), 2307-0919.
- Iatridis, G. (2010). International Financial Reporting Standards and the quality of financial statement information. *International review of financial analysis*, 19(3), 193-204, doi: <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2010.02.004>.
- Klann, R. C., & Beuren, I. M. (2018). Earnings management IFRS adoption in Brazilian and British companies. *International Journal of Disclosure and Governance*, 15(1), 13-28, doi: <https://doi.org/10.1057/s41310-018-0032-4>.
- Lang, M., Raedy, J. S., & Wilson, W. (2006). Earnings management and cross-listing: Are reconciled earnings comparable to US earnings?. *Journal of accounting and economics*, 42(2), 255-283, doi: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2006.04.005>.
- Nakao, S. H., & Gray, S. J. (2018). The Impact of IFRS in Brazil: The Legacy of Mandatory Book-tax Conformity. *Australian Accounting Review*, 28(4), 482-495, doi: <https://doi.org/10.1111/auar.12223>.
- Paananen, M., & Lin, H. (2009). The development of accounting quality of IAS and IFRS over time: The case of Germany. *Journal of International accounting research*, 8(1), 31-55.
- Santana, A. G., & Klann, R. C. (2016). Conservadorismo Contábil e a adoção das IFRS: Evidências em empresas brasileiras familiares e não familiares. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 35(1), 35-53, doi: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v35i1.29417>.
- Silva, R. L. M., & Nardi, P. C. C. (2017). Full adoption of IFRSs in Brazil: Earnings quality and the cost of equity capital. *Research in International Business and Finance*, 42, 1057-1073, doi: <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2017.07.041>.
- Silva, A. P., Fontes, A., & Martins, A. (2021). Perceptions regarding the implementation of International Financial Reporting Standards in Portugal and Brazil. *Journal of International Accounting, Auditing, and Taxation*, 44, 100416, doi: <https://doi.org/10.1016/j.intaccudtax.2021.100416>.
- Sousa, E. F., Sousa, A. F., & Demonier, G. B. (2016). Adoção das IFRS no Brasil: Efeitos no conservadorismo contábil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 10(2), 136-147, doi: <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v10i2.1290>.
- Sousa, L. M., Castro, L. A., Júnior, D. B. C. V., Domingos, S. R. M., & Ponte, V. M. R. (2018). Conservadorismo condicional e adoção das IFRS: uma análise nas empresas brasileiras de capital aberto. *Enfoque Contábil*, 37(3), 21, doi: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i3.35390>.
- Trimble, M. (2018). A reinvestigation into accounting quality following global IFRS adoption: Evidence via earnings distributions. *Journal of International Accounting, Auditing, and Taxation*, 33, 18-39, doi: <https://doi.org/10.1016/j.intaccudtax.2018.09.001>.